



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

DE CHANLAT E MORIN AO INSTITUCIONALISMO ORGANIZACIONAL: DIVERSIDADE, AMBIGUIDADE E COMPLEXIDADE

Sérgio Luís Boeira¹

Alessandra Knoll Pereira²

Ivan Luís Tonon³

RESUMO

Este artigo parte de um projeto de pesquisa em execução que tem como título “A análise da contribuição de Edgar Morin à teoria das organizações”. Mais especificamente, trata de um dos objetivos específicos do projeto, que se refere às relações entre a obra de Morin e algumas das perspectivas teóricas já reconhecidas e legitimadas no campo dos estudos organizacionais. A pesquisa é bibliográfica, teórica, portanto qualitativa, com ênfase em alguns livros e conceitos considerados pertinentes. O pressuposto do qual partimos é o de que a perspectiva moriniana poder ser melhor compreendida à medida que se estabelecer um paralelo comparativo da mesma com outras perspectivas, como a de Jean-François Chanlat e a perspectiva do institucionalismo (considerando suas principais diferenças internas, como a do antigo e a do neoinstitucionalismo, bem como suas ramificações em várias ciências sociais, nomeadamente a sociologia, a ciência política e a economia). Nas conclusões destacamos, por um lado, convergência e complementaridade entre as abordagens de Chanlat e Morin e, por outro, uma relação crítica e antagônica entre tais abordagens e a perspectiva institucional, ainda que também haja alguns aspectos de complementaridade.

Palavras-chave: Estudos organizacionais; complexidade; institucionalismo

Introdução

Esse artigo parte do projeto de pesquisa intitulado “Análise da Contribuição de Edgar Morin à Teoria das Organizações”, mais especificamente de um objetivo específico do mesmo, visando comparar a abordagem moriniana a perspectivas de autores já legitimados no campo dos estudos organizacionais. Optamos, nesse sentido, por tratar da contribuição de Jean-François Chanlat e do institucionalismo (considerando suas principais diferenças internas, como a do antigo e a do novo institucionalismo, bem como suas ramificações em várias ciências sociais). O pressuposto do qual partimos é o de que a perspectiva moriniana pode ser melhor compreendida com tal paralelo comparativo.

Inicialmente, cabe ressaltar a relevância da obra de Edgar Morin para a teoria das organizações, reconhecendo, por um lado, a extensão e a profundidade da produção

¹sboeira267@hotmail.com

²alekawaii@gmail.com

³ivanluistonon@yahoo.com.br



epistemológica e teórica desse pensador e, por outro, a crise existente no interior do campo de estudos sobre teoria das organizações. Trata-se de um projeto que procura estabelecer relações entre uma obra muito difícil de ser sintetizada e um campo de estudos fragmentado e “historicamente contestado” (REED, 1999).

Para desenvolver a referida comparação, estruturamos o artigo segundo as seguintes seções: a) na primeira, tratamos de aspectos centrais da abordagem antropológica de Jean-François Chanlat, como as dimensões fundamentais ou esquecidas nas pesquisas sobre organizações, assim como a questão dos níveis organizacionais; b) na segunda seção, introduzimos a perspectiva de Morin, destacando a ambivalência, a ambiguidade e a complexidade do fenômeno organizacional; c) na terceira, analisamos aspectos do velho e do novo institucionalismo; d) na quarta seção, examinamos as noções de ambiente, considerando a diversidade do institucionalismo nas ciências sociais e a crítica moriniana; e) finalmente resumimos as conclusões do estudo.

Chanlat: dimensões esquecidas e níveis organizacionais

Chanlat (2000) procura compreender algumas dimensões fundamentais ou esquecidas nas pesquisas sobre organizações. Em uma reflexão de duas décadas sobre as relações entre as ciências sociais e o *management*, o autor apresenta os seguintes temas emergentes no século XXI, que ele denomina de dimensões fundamentais: a) retorno do ator e do sujeito (aqui o autor destaca a relevância da subjetividade, da imaginação, que têm sido marginalizadas pela ênfase nos aspectos econômicos e tecnológicos da gestão); b) retorno da afetividade (o autor destaca a relevância da dimensão afetiva na formação de grupos e a crítica ao dualismo cartesiano entre razão e paixões); c) retorno da experiência vivida (ele critica a distância entre o discurso do *management* sobre o que é concebido e prescrito, por um lado, e, por outro, o que é vivido cotidianamente nas organizações); d) retorno do simbólico (aqui o autor ressalta que o mundo das organizações é também um mundo de signos, de diferentes linguagens, um teatro em que se passam comédias, tragédias e dramas, uma realidade imaginária, conforme já havia destacado na primeira dimensão acima); e) retorno da história (o autor enfatiza que a história não está geralmente no centro das preocupações dos gestores, que são orientados pelo curto prazo, com tendência a eliminar a memória e a duração em proveito do imediatismo; a história é constitutiva da identidade dos indivíduos e das sociedades); f) retorno da ética (o autor destaca a ética como disciplina que busca interrogar as regras de conduta constitutivas da moral, que não se limita, portanto, à deontologia, e que está no cerne da política, etc). Para Chanlat (2000), as organizações do século XXI têm como principais desafios a revisão do enquadramento do econômico no social e a preservação da natureza, a partir da reflexão ética.

As dimensões esquecidas emergem à medida que a análise do nível organizacional constituído pela “organização” é percebida como insuficiente para a compreensão das relações biopsicossociais, estruturais, simbólicas, ecogeográficas, econômicas e políticas que afetam a organização, bem como são potencialmente afetadas por esta. À medida que as organizações interagem por meios eletrônicos e meios de transporte formam-se redes organizacionais e interorganizacionais de diversos tipos e dimensões espaciais e/ou virtuais. Isolar ou abstrair deste contexto complexo uma organização qualquer para analisar sua estrutura e sua cultura, sua



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

divisão de trabalho, seus recursos e funções, torna-se crescentemente um processo de simplificação, de disjunção entre níveis organizacionais.

O quadro a seguir resume características dos níveis organizacionais de acordo com a perspectiva de Chanlat (1996), embora contenha aspectos complementares de Morin e Kern (1995) e Huntington (1997).

Quadro 1: Níveis de Análise Organizacional

Nível	Características
Indivíduo	É constituído pelo ser humano como ser biopsicossocial: podem ser realizadas análises enfatizando aspectos biológicos, psicológicos ou sociais, assim como as interfaces dos três tipos de aspectos, com peso maior para um ou outro.
Interação	Três tipos de relações: <i>self</i> -outro, ego-massa e nós-nós.
Organização	A ordem organizacional é produto da interação de dois subsistemas: a) estrutural-material; b) simbólico. O primeiro remete às condições ecogeográficas, aos meios materiais para assegurar a função de produção de bens ou de serviços. O segundo subsistema remete ao universo das representações individuais e coletivas que dão sentido às ações, interpretam, organizam e legitimam as atividades e as relações que homens e mulheres mantêm entre si.
Sociedade	É um conjunto econômico, político, social e cultural, situado num contexto espaço-temporal. Também possui um subsistema estrutural-material e um subsistema simbólico que articulam as relações sociais entre os diferentes indivíduos e grupos. O nível da sociedade engloba, penetra e irriga o universo dos indivíduos, das interações e da organização – a sociedade é o sentido, domínio e condição do sentido. O processo de socialização ou aculturação condiciona o indivíduo aos seus grupos, ensina-lhe um conjunto de gestos, de atitudes, de comportamentos que lhe permitirão atuar em conformidade com as normas (escritas ou não), ser reconhecido como um integrante de grupos e distinguir-se das pessoas pertencentes a outros grupos. Esse processo está na base da identidade e da alteridade.
Mundial ou Civilizatório	É, via de regra, constituído por uma rede de relações econômicas, sociais, políticas e culturais mais ampla que as sociedades nacionais. Huntington, por exemplo, considera a existência das civilizações ocidental, africana, islâmica, sínica (chinesa), hindu, ortodoxa, latino-americana, budista e japonesa. No contexto atual, a globalização dos mercados é acompanhada por uma globalização dos contatos culturais, políticos, ecológicos, etc. A “Terra-pátria” vive uma “agonia planetária” (MORIN; KERN, 1995).
Complexidade e Interdependência	Esta interdependência precisa ser evidenciada na análise, ainda que seja destacado um ou outro nível de análise. O paradigma da complexidade (MORIN; KERN, 1995) facilita a percepção da interdependência enquanto alerta para a necessidade de evitar-se a unilateralidade ou disjunção entre os níveis.

Fonte: Adaptação de Chanlat (1996), Morin; Kern (1995) e Huntington (1997).

Chanlat (2010, p. 150) argumenta que, ao longo das últimas três décadas, a dinâmica do capitalismo fez surgir uma “hegemonia tripla”: a) “hegemonia do domínio econômico” com a lógica do mercado crescentemente mais forte; b) “hegemonia da empresa” que se afirma por influência do modelo empresarial privado sobre outros tipos de organizações; c) “hegemonia das categorias de pensamento gerencial”. Esta avaliação do autor parece contrária à ideia da emergência das dimensões esquecidas ou fundamentais, mas de fato o que ocorre é um paradoxo compreensível por meio do qual as duas tendências se afirmam e se confrontam, simultaneamente, gerando um contexto global que resiste às análises simplificadoras.



O autor (CHANLAT, 2010, p. 152) analisa criticamente a teoria da agência, tal como ela se desenvolveu no âmbito da economia, “porque é particularmente influente em muitos conceitos gerenciais” e porque, sendo a base de uma “série de abusos”, tem sido impulsionada, com a atual crise econômica, pelas “loucuras cometidas pelos setores financeiros norte-americanos e internacionais durante a última década”. É preciso aqui fazer uma ressalva: há mais de uma teoria da agência, não existe apenas a versão dos economistas. Sztompka (1998, p. 331) apresenta “as modernas teorias da agência” referindo-se às contribuições de diversos autores no âmbito da sociologia, o que não abordaremos aqui por razões de espaço e porque o foco de Chanlat não é este.

Chanlat(2010, p. 155) critica a teoria da agência que concebe a organização como “um lugar de custos de transação” e a relação comercial se resume a uma relação principal/agente, mandante/mandado. A empresa é percebida como uma “ficção jurídica, não tendo existência própria, e, portanto, fronteiras reais; especialmente a distinção mercado/organização [...] perde muito de seu significado” (CHANLAT, 2010, p. 156). Enfim, o autor questiona, antropologicamente, a concepção de *homo economicus* reafirmada por esta teoria pelo fato de ser uma abordagem que simplifica a gestão ao marginalizar ou relegar ao esquecimento dimensões fundamentais da natureza humana nas organizações, bem como a diversidade de níveis organizacionais, conforme já referimos.

Na teoria da agência desenvolvida na economia e analisada sob o ponto de vista da antropologia de Chanlat destacam-se as seguintes conclusões: há uma visão empobrecida da ação humana e o ser humano ou o agente é concebido sem vida afetiva, sem raízes sociais, sem cultura, sem história e amoral. O autor, ao final, destaca a necessidade de “a ciência da ação organizada” refletir sobre ação humana tendo como objetivo comum “a segurança da Natureza e da Humanidade” (CHANLAT, 2010, p. 181).

Morin: ambivalência, ambiguidade e a complexidade do fenômeno organizacional

A lista de temas emergentes ou dimensões esquecidas nas organizações encontra ressonância nas ideias de Morin, expostas ao longo de várias décadas de sua produção, ainda que não tenha uma relação direta com o universo das organizações em sentido limitado (como empresa ou firma). Com efeito, a obra de Morin trata do fenômeno organizacional mais do que das organizações. A “organização” a que ele se refere, com frequência, é a sociedade nacional ou mundial, o Estado-nação, os movimentos sociais e partidos políticos, enfatizando suas crises, ou relações de ordem-desordem-reorganização. O autor trata da complexidade que se inscreve no fenômeno organizacional, que por sua vez está presente em todas as instâncias e relações do universo organizacional e interorganizacional.

Numa das raras vezes que se deteve no tema “empresa”, Morin escreveu o seguinte:

Não temos de um lado o indivíduo, de outro a sociedade, de um lado a espécie, do outro os indivíduos, de um lado a empresa com seu diagrama, seu programa de produção, seus estudos de mercado, do outro seus problemas de relações humanas, de pessoal, de relações públicas. Os dois processos são inseparáveis e interdependentes (MORIN, 2007, p. 87).



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

Estes “dois processos” a que se refere o autor são os relativos aos aspectos internos e externos às organizações. A dinâmica organizacional é vista por meio de três causalidades interligadas: linear, retroativa e recursiva, que proporcionam a integração dos processos internos e externos. Vejam como o autor sintetiza estas três causalidades:

Primeiro ângulo: a causalidade linear. Se uma data matéria-prima, ao sofrer um dado processo de transformação, produz um dado objeto de consumo, este movimento se inscreve numa linha de causalidade linear: tal causa produz tais efeitos. Segundo ângulo: a causalidade circular retroativa. Uma empresa tem necessidade de ser controlada. Ela deve efetuar sua produção em função das necessidades externas, de sua força de trabalho e de suas capacidades energéticas internas. Ora, nos sabemos – já há cerca de quarenta anos, graças à cibernética – que o efeito (uma boa ou má venda) pode retroagir para estimular ou fazer regredir a produção de objetos e de serviços na empresa. Terceiro ângulo: a causalidade recursiva. No processo recursivo, os efeitos e produtos são necessários para o processo que os gera. O produto é produtor do que o produz (MORIN, 2007, p. 86, 87).

As três causalidades “se encontram em todos os níveis de organizações complexas” (MORIN, 2007, p. 87). O autor compara o organismo humano, a sociedade e a empresa, ao considerar estas formas de organização complexas, em que o todo está na parte que está no todo. No organismo humano, cada célula contém a totalidade do código genético. Na sociedade, desde a infância o conjunto organizacional se imprime na mente da criança pela educação familiar e pela educação escolar. “Estamos diante de sistemas extremamente complexos onde a parte está no todo e o todo está na parte. Isso é verdade para a empresa que tem suas regras de funcionamento e no interior da qual vigoram as leis de toda a sociedade” (MORIN, 2007, p. 88). A consequência maior desta reflexão é a de que o isolamento da organização, para fins de análise ou de prescrição visando uma eficiente divisão de trabalho, pressupõe uma simplificação epistemológica, uma disjunção entre a organização e seu entorno (histórico, social, ecossistêmico) e favorece uma percepção limitada da complexidade dos seres humanos no interior das organizações. Neste ponto encontramos o ponto de contato entre as abordagens de Morin e de Chanlat. Este último ressalta diferentes níveis organizacionais (conforme quadro 1), a interdependência e a complexidade entre eles, enquanto o primeiro ressalta as ambivalências, as múltiplas causalidades (linear, retroativa, recursiva) entre as diversas realidades do fenômeno organizacional, considerado uno-múltiplo.

Para Morin, a burocracia é vista como sinônimo de administração e é considerada “ambivalente”:

A burocracia é racional porque aplica regras impessoais válidas para todos e assegura a coesão e a funcionalidade da uma organização. Mas, por outro lado, esta burocracia pode ser criticada como sendo um puro instrumento de decisões não necessariamente racionais. A burocracia pode ser considerada um conjunto parasitário onde se desenvolve toda uma série de bloqueios, de atravancamentos que se transformam em fenômeno parasitário no seio da sociedade (MORIN, 2007, p. 90, 91).

Para Morin, o problema da burocracia se apresenta sob o duplo ângulo do parasitário e do racional. O autor questiona a sociologia por não ter rompido a barreira entre estas duas



dimensões e afirma que o problema “deve ser colocado antes de mais nada em termos fundamentais no plano da complexidade” (MORIN, 2007, p. 91).

Na empresa, segundo o autor, o “vício da concepção tayloriana do trabalho foi o de considerar o homem unicamente como uma máquina física” (MORIN, 2007, p. 91). Num segundo momento, diz o autor, compreendeu-se também que há um “homem biológico”, adaptando-se o mesmo ao seu trabalho e as condições de trabalho a esta concepção biológica do humano. Depois, ao se compreender que existe um

homem psicológico, frustrado pela divisão do trabalho, inventou-se o enriquecimento das tarefas. A evolução do trabalho ilustra a passagem da unidimensionalidade para a multidimensionalidade. Estamos apenas no início deste processo.

Para Morin, as relações no interior de uma organização ou empresa, assim como de uma sociedade, são simultaneamente complementares e antagônicas e tal “complementaridade antagônica” está “baseada numa ambiguidade extraordinária” (MORIN, 2007, p. 91). Isto porque “as organizações têm necessidade de ordem e necessidade de desordem” (MORIN, 2007, p. 89). Entretanto, antes que se conclua, de forma precipitada, que a perspectiva moriniana é irracionalista ou contrária a todas as formas de administração, cabe observar o que o autor escreve sobre “receita de equilíbrio” e “regeneração permanente”:

Toda organização, como todo fenômeno físico, organizacional e, claro, vivo, tende a se degradar e a degenerar. O fenômeno da desintegração e da decadência é um fenômeno normal. [...] Não há nenhuma receita de equilíbrio. A única maneira de lidar contra a degenerescência está na regeneração permanente, melhor dizendo, na atitude do conjunto da organização a se regenerar e a se reorganizar fazendo frente a todos os processos de desintegração (MORIN, 2007, p. 89).

A partir do que foi exposto, constatamos convergência e complementaridade significativas entre as abordagens de Chanlat e Morin. Pois bem, a seguir, questionamos: como se apresenta o institucionalismo e suas variantes, nesse contexto? Até que ponto a perspectiva institucional poderia representar uma resposta confiável aos desafios das relações de ordem-desordem-reorganização, segundo a perspectiva moriniana?

Institucionalismo e sua diversidade

De acordo com Valéria Fonseca (2003, p. 48) o chamado neoinstitucionalismo tem conquistado destaque no campo dos estudos organizacionais desde meados da década de 1980, sendo apontado na literatura especializada como tentativa de contraposição ao modelo racionalista e seu foco nas exigências técnicas dos processos gerenciais e produtivos, voltando-se para o “exame de redes de ação das organizações”. A reconceituação do ambiente teria sido, segundo Scott (1981), a grande contribuição dos seguidores da abordagem institucional para o tratamento de questões organizacionais. Entretanto, veremos adiante que tal reconceituação se apresenta, em nossa avaliação e à luz das contribuições de Chanlat e Morin, como uma das fragilidades desta abordagem.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

Por enquanto, cabe observar aspectos que distinguem o “antigo” do “novo” institucionalismo. De acordo com Fonseca,

[...] a origem da chamada abordagem institucional, ou neoinstitucionalismo, remonta a alguns conceitos formulados no final do século XIX, sob o impulso dos debates empreendidos na Alemanha acerca do método científico. Na antiga tradição da economia, representada por Thorstein Veblen, John Commons e Westley Mitchel, da sociologia de Émile Durkheim e Max Weber, na reação da ciência política aos excessos da revolução behaviorista e, mais tarde, nos esforços de funcionalistas como Talcott Parsons e Philip Selznick em compreender a relação existente entre política, economia e sociedade, encontra-se a base do renovado empenho pela procura de respostas para as eternas dúvidas sobre o modo como as escolhas sociais são modeladas, mediadas e canalizadas pelos arranjos institucionais [...] (FONSECA, 2003, p. 48).

Esses aspectos a respeito da origem histórica do institucionalismo sinalizam uma certa ambivalência epistemológica entre as contribuições de autores clássicos, como Durkheim, representante do positivismo (e do funcionalismo), e Weber, representante da hermenêutica (e da fenomenologia), conforme a densa análise destes autores proporcionada por Domingues (2004). Não é de estranhar, portanto que, como afirmam Tolbert e Zucker (1999, p. 197), “há pouco consenso sobre a definição de conceitos-chave, mensurações ou métodos no âmbito desta tradição teórica”.

Seguindo a argumentação de Fonseca (2003, p. 49), o neoinstitucionalismo representa uma “tentativa de continuação” da sua versão mais antiga, e não apenas uma nova roupagem. Apesar disso, “divergências também podem ser encontradas” entre as duas perspectivas. A autora destaca as seguintes divergências: a) “orientação política” do antigo institucionalismo, expressa na ênfase no “conflito de interesses na formulação da ação organizacional, pouco considerado no tratamento atual”; b) conceitualização de “ambiente”, concebido como “componente constitutivo da organização pela nova geração”, enquanto no antigo institucionalismo era “mero campo fornecedor de elementos de cooptação”; c) transição do pensamento com base na “teoria da ação parsoniana, arraigada na abordagem freudiana do ego, para a utilização dos princípios da teoria da ação prática, originária da etnometodologia e da revolução cognitiva da psicologia”.

Enquanto Fonseca (2003) defende a abordagem neo-institucionalista, Misocky (2003) a critica, conforme se pode observar na comparação que faz no quadro abaixo, concebendo a obra de Parsons como base tanto do antigo quanto do novo institucionalismo, visto a partir da contribuição de DiMaggio e Powell.

Quadro 2: Bases do Antigo e do Novo Institucionalismo

Parsons (1967, 1973a e b): base do antigo e do novo institucionalismo	DiMaggio; Powell (1991b), DiMaggio (1988, 1991): base do novo institucionalismo
Preocupação com o modo como a ordem social pode ser assegurada com base na ação não-coercitiva.	Preocupação com o modo como a legitimidade da lógica institucional promove estabilidade.
Processos normativos, que fornecem a pluralidade de ordens morais.	Normas aceitas com base em valores tornam o espaço de ação limitado.
Sistema social como uma pluralidade de atores individuais interagindo em uma estrutura ou	Interação das organizações em um campo ou setor organizacional, que formam o ambiente.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

ambiente.	
A motivação para a ação é a obtenção da satisfação de interesses.	O princípio da utilidade é relativizado, mas a motivação para a ação continua sendo o interesse, com ênfase na sobrevivência da organização.
A ação é vista pela ótica do comportamento reativo, fundado na cultura.	A ação é vista como comportamento social.
A relação entre atores e destes com o ambiente é definida e mediada por um sistema comum de símbolos culturalmente elaborados – fator de ordem.	Valores, símbolos, <i>scripts</i> e esquemas de classificação promovem a estabilidade no campo organizacional.
Os processos dinâmicos são vistos como mecanismos (categorias estruturais) que influenciam o funcionamento do sistema.	Mecanismos de homogeneização influenciam o funcionamento do campo, sendo também vistos como processos.
Atores seguem padrões de conduta inculcados e orientações normativas do contexto em que a ação social ocorre.	O mesmo.
Poder é fator de manutenção da ordem social. A submissão (aceitação do poder) é condição de legitimidade do poder.	O poder legitimado, institucionalizado, é fator de estabilidade.
Poder diretamente derivado da autoridade. Autoridade é legitimação institucionalizada dos direitos dos líderes.	O mesmo.
Mudança como evolução cultural, como mudança nos sistemas de valores, normas e ideias.	Mudanças como alteração de valores, <i>scripts</i> , símbolos e esquemas de classificação, ou seja, mudança cultural.

Fonte: Adaptação de Misocky (2003, p. 163).

A abordagem crítica de Misocky(2003, p. 165, 166) é baseada na contribuição de Bourdieu. Ela conclui que a perspectiva institucional focaliza “resultados, em realidades fenomênicas”, e que segundo tal enfoque os “agentes são fenômenos da estrutura”, a “ação é igual a comportamento social, é reativa e adaptativa”, a “organização é reificada”, os “sistemas culturais estruturam o campo organizacional”; o campo é concebido como um “agregado de organizações em conflito ou cooperação a partir de influências do ambiente” e como um conjunto de “sistemas de regras compartilhadas”; a autora conclui também que a perspectiva institucional ressalta a “homogeneidade”, a “legitimidade das estruturas existentes” e que “o campo organizacional está em um ambiente reificado”. Para ela, a perspectiva institucional destaca a “fase de estruturação” das organizações seguida de institucionalização e a “estabilidade evolutiva das estruturas”. Por fim, considera que, enquanto na obra de Bourdieu há uma “articulação dialética entre objetivismo e subjetivismo”, na perspectiva institucional existe um “objetivismo”; enquanto a perspectiva de Bourdieu é concebida como “construcionismo estruturalista ou estruturalismo construcionista”, a perspectiva institucional é caracterizada pelo “positivismo sistêmico”.

Percebe-se, portanto, que, enquanto para os institucionalistas a institucionalização das organizações é uma resposta adequada ao desafio das relações ordem-desordem-reorganização, resultando em estabilidade e sobrevivência, para um enfoque crítico tal resposta é inadequada e unilateral. A seguir, para uma compreensão mais ampla do institucionalismo sob a perspectiva moriniana, destacam-se as noções de “ambiente”.

Noções de ambiente, institucionalismo nas ciências sociais e a crítica moriniana



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

Tomando como referência Selznick (1996), Fonseca (2003, p. 49) destaca a legitimidade como “imperativo” organizacional, “o reconhecimento da estrutura formal como produto institucionalizado e, portanto, fortemente adaptativo às influências ambientais pelos adeptos do neo-institucionalismo”. A partir de Perrow (1986), Fonseca (2003, p. 49) acentua que a principal contribuição dos neo-institucionalistas à teoria organizacional é a “ênfase na influência do ambiente, ao colocar a legitimidade e o isomorfismo como fatores vitais para a sobrevivência das organizações”. A autora conclui, a respeito da relação entre organização e ambiente, que as escolas estruturalista, comportamental e contingencial, ou mesmo a ecologia populacional, não “conseguiram explicar satisfatoriamente essa relação” [...] “por visualizarem o ambiente apenas como categoria residual formada por dimensões objetivas, como recursos materiais”.

Com base em diversos autores neoinstitucionalistas, Fonseca (2003, p. 55) distingue dois tipos de ambiente (e por consequência dois tipos de isomorfismo), da seguinte forma: o ambiente técnico é definido como aquele que se baseia na troca de bens e serviços e no qual as organizações são avaliadas pelo processamento tecnicamente eficiente do trabalho. “O controle ambiental é exercido sobre os resultados em termos de quantidade e qualidade, modelando as organizações por meio do isomorfismo competitivo”. Empresas privadas em geral são exemplos de organizações relacionadas a esse tipo de ambiente. O ambiente institucional, por sua vez, é caracterizado pela “elaboração e difusão de regras e procedimentos, que proporcionam às organizações legitimidade e suporte contextual”. O controle ambiental, então, “incide sobre a adequação da forma organizacional às pressões sociais, resultando em isomorfismo institucional”. Organizações como igrejas, escolas, hospitais públicos, órgãos governamentais e científicos são apontados pela autora como “alguns exemplos da influência dos fatores institucionais”. Apesar desta distinção, a autora, seguindo ainda diversos autores neoinstitucionalistas, admite que

[...] tratar as distinções propostas como facetas de uma mesma dimensão talvez se revele uma alternativa mais promissora [já que] os mercados também se constituem como sistemas estruturados institucionalmente, sustentados por crenças relativas à propriedade privada e por normas que regulam historicamente a honestidade das trocas (FONSECA, 2003, p. 56).

A rigor, a distinção entre “ambiente técnico” e “institucional” têm frágil sustentação, já que se limita a uma abordagem antropocêntrica, característica da maior parte das ciências sociais/humanas, bem distante da ecologia ou de qualquer ciência dedicada aos ambientes naturais. Isto é compreensível no contexto da história da autoafirmação institucional das ciências sociais/humanas, que surgem historicamente sob a hegemonia das ciências naturais (SOARES, 2001; DOMINGUES, 2004). Edgar Morin, em sua obra intitulada “Sociologia”, escreve o seguinte:

A noção de meio, limitada pela sua origem geográfica, impõe necessariamente antolhos quando se trata de complexidade, ou seja, de ciência do vivo ou de ciência social. Remete unicamente para características *físicas* que atuam por determinismo ou condicionamento sobre os seres vivos ou sociais. Mais rica, por ser mais envolvente (e de conotação eventualmente placentária), mas mais vaga, é a noção de ambiente, atualmente em voga. Mas tanto ambiente como meio ignoram dois caracteres fundamentais: 1. O conjunto dos fenômenos num dado nicho ecológico constitui, pelas suas interações, um sistema de tipo original: o ecossistema; 2. Todo o organismo (sistema aberto) está intimamente



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

ligado ao ecossistema numa relação fundamental de dependência/independência, em que a independência aumenta ao mesmo tempo que a dependência (MORIN, 1998, p. 114).

Para Morin, ecologia social (ecossistemismo) não é uma disciplina no sentido tradicional do termo, mas uma

ciência das interações entre elementos (sistemas) de natureza diferente (geológicos, climáticos, vegetais, animais, humanos, sociais, econômicos, tecnológicos, mitológicos, etc.) no seio de um “nicho” natural ou de uma aglomeração social. Ora, estas interações têm um caráter sistêmico, quer dizer, sofrem ou estabelecem constrangimentos, regularidades, ciclos, complementaridades, antagonismos, etc., cujo conjunto constitui um *ecossistema* para todos os sistemas que nele estão imersos (MORIN, 1998, p. 120).

Assim, na perspectiva moriniana, pressupõe-se uma vinculação fundamental e dinâmica entre ambientes naturais e sociais/culturais. Seres humanos são 100% naturais e 100% culturais – há “unidualidade” entre cérebro e mente/espírito, assim como entre sociedade e natureza. A sociabilidade está distribuída no reino animal, não é monopólio dos humanos, ainda que a sociabilidade humana seja mais complexa que a de outros animais. O social não é concebido como negação do natural, nem é percebido como realidade fundamentalmente sobreposta e manipuladora do natural, ao estilo antropocêntrico. O ambiente é visto como sistema aberto, como ecossistema, que inclui e viabiliza a vida social, fornecendo-lhe as condições fundamentais, ao mesmo tempo em que é interpretado, construído e modificado pela dinâmica das sociedades.

A relação ecossistêmica é muito vasta; vai da relação metabólica à relação cognitiva, une a relação sensorial e a relação psicológica; a relação psicológica não é só cognição; assim como os arcaicos projetavam no seu ambiente os seus poderes fantasmáticos que tomavam formas de mitos e de deuses, também os modernos projetam no seu ambiente sociourbano-técnico uma mitologia que ainda não deixou de causar maravilha. [...] O ecossistema é não só presença imanente na experiência fenomênica mas também *presença co-organizadora* na auto-organização da personalidade (que também depende da informação genético-cultural). Assim, *é a dependência da independência que deve vir a ser a grande aquisição da nova ciência ecológica, enquanto o antigo determinismo linear e unívoco se desvanece na descoberta da relativa independência da dependência (determinismo interno e resposta aleatória do organismo).* (MORIN, 1998, p. 118).

Esta abordagem complexa de Morin não é alcançada pelas vertentes antiga ou neoinstitucionalista, que se limitam à sociologia organizacional e aos estudos organizacionais. Entretanto, esta conclusão poderia parecer simplista sem o reconhecimento de que o institucionalismo tem se diversificado, permeando diversas ciências humanas.

Bruno Théret (2003), na linha de argumentação aberta por Hall e Taylor (2003), admite que o institucionalismo desenvolveu-se em três correntes ou versões na ciência política: o institucionalismo histórico, da escolha racional e sociológico. A partir desta distinção de Hall e Taylor (2003), Théret sustenta que houve também uma diversificação semelhante na economia e



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

na sociologia. Na economia, segundo ele, desenvolveu-se a nova economia institucional a partir do institucionalismo da escolha racional, a economia das convenções, a partir do institucionalismo sociológico, e a teoria da regulação, a partir do institucionalismo histórico. Na sociologia, desenvolveu-se o chamado institucionalismo sociológico, o da escolha racional e o institucionalismo histórico sob a forma de sociologia histórica e cultural.

Quadro 3: Correntes Institucionalistas nas Ciências Sociais

Desenvolvimento dos Institucionalismos		
<i>Na ciência política</i>	<i>Na economia</i>	<i>Na sociologia</i>
Histórico	Nova economia institucional	Sociológico
Escolha racional	Economia das convenções	Escolha racional
Sociológico	Teoria da regulação	Sociologia histórica e cultural

Fonte: elaboração própria a partir de Théret (2003).

Esta classificação ampla e diversificada supera, ao nosso ver, a classificação binária entre novo e antigo institucionalismo, mas também não alcança a complexidade da abordagem moriniana no que se refere à relação entre as ciências humanas e a ecologia. As múltiplas formas do institucionalismo, entretanto, permitem uma compreensão multidisciplinar ou mesmo interdisciplinar de médio alcance sobre as relações entre política, economia e sociedade.

Théret (2003) corrobora a avaliação e a expectativa de Hall e Taylor (2003) quanto a possíveis convergências interdisciplinares entre diferentes versões do institucionalismo. Para Hall e Taylor (2003), o pivô da evolução convergente entre os três institucionalismos no âmbito da ciência política foi o institucionalismo histórico. Théret (2003) vai além da ciência política e considera que há uma tendência a uma “síntese institucionalista”:

À luz de desenvolvimentos recentes nos três grandes polos do novo institucionalismo, impulsionados por suas insuficiências teóricas iniciais, é possível pensar dessa maneira, mas é preciso fazer a ressalva de que essa é uma simples tendência, sempre problemática e que não levará ao desaparecimento da diversidade de paradigmas (THÉRET, 2003, p. 240).

Théret(2003, p. 251) acredita que o “ponto focal” da possível síntese ou integração de paradigmas (termo este não questionado por ele) seja a concepção “mediana instituição”, que a “vê tanto como convenção para a cooperação e forma de regulação de conflitos para a ação coletiva estratégica e rotineira”. A abordagem do autor

conduz a um quadro onde o conceito ideal de instituição para o qual tendem a conduzir essas pesquisa é localizado à meia distância entre, de um lado, o holismo e o individualismo metodológico e, de outro, o universalismo nomológico e o culturalismo idiográfico (THÉRET, 2003, p. 251, 252).

Dito de outra forma, de um lado estaria o holismo e o universalismo de Durkheim, de outro o individualismo metodológico e o culturalismo idiográfico de Weber e, no centro, a defesa do *status quo*. Percebe-se, portanto, que a ambivalência epistemológica da perspectiva institucionalista mantém-se desde suas raízes entre os autores clássicos até as mais recentes



pesquisas, que vislumbram uma possível, ainda que problemática, síntese ou convergência interdisciplinar no âmbito das ciências sociais (ciência política, economia e sociologia).

A insensibilidade quanto à crise ecológica é notável na perspectiva institucionalista, em qualquer de suas versões, na medida em que parte de noções antropocêntricas de “ambiente”. Inexiste um diálogo entre as ciências sociais e as ciências naturais, a partir desta perspectiva, que se revela reducionista e ideológica, contrariando até mesmo as abordagens de autores centrais da sociologia contemporânea, como é o caso de Giddens (2009) e Beck (1999).

Conclusões

Nesse artigo, tomando como ponto de partida o projeto de pesquisa intitulado “A análise da contribuição de Edgar Morin à teoria das organizações”, tratamos especificamente de um dos objetivos específicos, referente às relações entre a obra de Morin e algumas das perspectivas teóricas já reconhecidas e legitimadas no campo dos estudos organizacionais. O pressuposto do qual partimos é o de que a perspectiva moriniana pode ser melhor compreendida à medida que se estabelecer um paralelo comparativo da mesma com outras perspectivas, como a de Jean-François Chanlat e a perspectiva do institucionalismo (considerando-se suas principais diferenças internas, como a do antigo e a do neoinstitucionalismo, bem como suas ramificações em várias ciências sociais). Concluímos que, entre a perspectiva de Chanlat e a de Morin, há convergência e complementaridade, sob diversos aspectos, como, por exemplo, a compreensão de que há uma interdependência complexa entre diversos níveis de análise organizacional. Já entre esses dois autores e o institucionalismo o que se destaca é uma relação crítica e antagônica, ainda que se possa perceber alguns aspectos de complementaridade.

Com efeito, isolar ou abstrair do contexto complexo da independência entre os níveis organizacionais uma organização qualquer para analisar sua estrutura e sua cultura, sua divisão de trabalho, seus recursos e funções, torna-se crescentemente um processo de simplificação e de disjunção que tem consequências danosas. Tal processo ocorre, por exemplo, com a teoria da agência, tal como tem sido desenvolvida no âmbito da economia, com amplas repercussões nos estudos organizacionais. Como consequência da difusão desta perspectiva, especialmente nos centros financeiros norte-americanos e europeus durante a última década, dimensões da natureza humana – como a afetividade, as raízes sociais, a cultura, a história e a ética – têm sido esquecidas na dinâmica organizacional, ainda que, paradoxal mas compreensivelmente, também tenham retornado como temas emergentes nos estudos organizacionais. As duas tendências se afirmam e se confrontam, simultaneamente, gerando um contexto global que resiste às análises simplificadoras.

Para Morin, as relações no interior de uma organização ou empresa, assim como de uma sociedade, são simultaneamente complementares e antagônicas. As organizações e as sociedades, com sua necessidade tanto de ordem quanto de desordem, requerem um processo de reorganização ou regeneração permanente.

No que se refere à perspectiva institucional, à luz da perspectiva moriniana, destacou-se a ambivalência epistemológica desde as origens históricas do institucionalismo até as pesquisas recentes, além da abordagem antropocêntrica, reducionista e ideológica da noção de ambiente.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

Em que pese a diversificação do institucionalismo na ciência política, na economia e na sociologia, superando a classificação binária entre novo e antigo institucionalismo, tal perspectiva não alcança a complexidade da abordagem moriniana no que se refere à relação entre as ciências humanas e a ecologia. As múltiplas formas do institucionalismo, entretanto, permitem uma compreensão multidisciplinar ou mesmo interdisciplinar de médio alcance sobre as relações entre política, economia e sociedade.

Referências

BECK, U. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo : Paz e Terra, 1999.

CHANLAT, J.F. **Ciências sociais e *management***: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000.

CHANLAT, J.F. **Gestão empresarial**: uma perspectiva antropológica. Tradução de Laura Gillon. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CHANLAT, J.F. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (Org.) **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

DIMAGGIO, P. J. Constructing an organizational field as a professional Project: U.S. Arte Museums, 1920-1949. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Orgs.). **The new institutionalism in organizational analysis**. London: Sage, 1991, p. 267-92.

DIMAGGIO, P. J. Interest and agency in institutional theory. In: ZUCKER, L. (Org.) **Institutional patterns and organizations**. Cambridge: Ballinger, 1998, p. 3-22.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Orgs.) **The new institutionalism in organizational analysis**. London: Sage, 1991b, p. 63-82 (1ª ed. artigo 1983).

DOMINGUES, I. **Epistemologia das ciências humanas**. Tomo I : Positivismo e hermenêutica. Durkheim e Weber. São Paulo : Edições Loyola, 2004.

FONSECA, V. S. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. In: VIEIRA, M. M.; CARVALHO, C. A. (Orgs.) **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 47-66.

GIDDENS, A. **The politics of climate change**. Cambridge, Inglaterra : Polity Press, 2009.

HALL, P.; TAYLOR, R. Três versões do neoinstitucionalismo. São Paulo: **Lua Nova**, n. 58, 2003, p. 193-223.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

HUNTINGTON, S. P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MISOCKY, M. C. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In: VIEIRA, M. M.; CARVALHO, C. A. (Orgs.) **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 141-176.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORIN, E. **Sociologia**. Edição revista e aumentada pelo autor. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998.

MORIN, E.; KERN, A.B. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

PARSONS, T. Conceito de sistema social. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Orgs.) **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973a, p. 47-55.

PARSONS, T. Os componentes do sistema social. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Orgs.) **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973b, p. 56-9.

PARSONS, T. **Sociological theory and modern society**. New York: Free Press, 1967.

PERROW, C. **Complex organizations: a critical essay**. New York: McGraw-Hill, 1986.

REED, M. Teoria organizacional: um campo historicamente contestado. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999, p. 61-98.

SCOTT, W. R. **Organization: rational, natural, and open systems**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1981.

SELZNICK, P. Institutionalism "old" and "new". **Administrative Science Quarterly**, 41 (2): 270-7, 1996.

SOARES, L. C. (Org.) **Da revolução científica à big (business) science: ensaios de história da ciência e da tecnologia**. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. São Paulo: **Lua Nova**, n. 58, 2003, p. 225-254.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais: modelos de**



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

análises e novas questões em estudos organizacionais. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999, p. 196-219.